

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Estado de exaustão

Nos últimos tempos as autoridades econômicas têm alertado o País para as dificuldades do Tesouro ante um quadro alarmante: não há recursos para investimentos de porte e até o atendimento de despesas de custeio, aí incluídas as de pagamento do funcionalismo, está no limiar do impossível.

De igual sentido, registra-se agora o braço do Presidente da República, ao mostrar aos estagiários da Escola Superior de Guerra uma autêntica radiografia do Brasil de hoje. Otimista por natureza, o presidente Sarney não teve, entretanto, como fugir de uma realidade adversa onde o Estado, nas suas palavras, alcança o perigoso ponto da exaustão. O Governo se vê às voltas com sérios problemas de caixa mesmo para movimentar setores da máxima prioridade como os de saúde e educação.

Ainda na visão presidencial, embora o Brasil caminhe para sua completa institucionalização democrática, a verdade é que, por força da referida exaustão do Estado, as agudas questões conjunturais da economia não serão resolvidas.

E pior: em meio a um panorama negativo e de perplexidades, não se conseguiu, até aqui, um pleno alinhamento nacional no combate aos males responsáveis pela crise atual. Ao contrário, constata-se atitudes recalcitrantes até no primeiro escalão da República. Sete ministros não se conscientizaram da necessidade de alterações profun-

das nos procedimentos administrativos, baseados, enfim na política austera de restringir gastos ao absolutamente indispensável. No Legislativo também o clima é de certa indiferença diante dos dados cruéis que não deixam outras alternativas além da contenção de dispêndios. Câmara e Senado em quase nada contribuem para a Nação atravessar este mais amargo período de toda a história brasileira.

A inexorabilidade dos números exige um corte orçamentário de seiscentos bilhões de cruzados, o que pouco significa em termos de reduzir o déficit público, mas permite ao Brasil concluir negociações com o Fundo Monetário Nacional, preliminar importante para o entendimento com os bancos internacionais.

Depois da grave exposição presidencial, Casas do Legislativo Federal, ministérios e repartições, ainda alheios às imposições da hora presente, têm de aplicar os cortes sugeridos pela área econômica, numa urgente compatibilização real com os números fixados pela Secretaria de Orçamento e Finanças em sua corrida contra o tempo a fim de apresentar, hoje, à Presidência da República proposta de lei para equacionar múltiplos problemas financeiros.

Se tudo permanecer como está, o Brasil irá, sem dúvida, defrontar-se com dias piores, de reflexos mais negros para o povo brasileiro em seus anseios democráticos de uma vida melhor.